

O PROFISSIONAL APOIO ESCOLAR E SUA PERSPECTIVA QUANTO À EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS COM TEA

Séfora Lima de Figueiredo¹
Thais Emanuele Silva Galdino²

RESUMO

Por diretriz da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o profissional denominado apoio escolar, em seu exercício funcional, surge nas unidades educacionais com a prescrição de facilitar a concretização de espaços e ações inclusivas voltadas ao desenvolvimento dos alunos com deficiência e/ou transtorno quanto às suas necessidades básicas de atividade de vida diária e pedagógicas - incluindo-se nestes, os com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Tendo em vista que o campo educacional, representado pela escola, por se apresentar sistemático, intencional e planejado, ocupa um lugar privilegiado para o desenvolvimento da criança, a atuação do profissional de apoio escolar se faz de grande importância ao contribuir com o pleno acesso do currículo escolar e com a equidade em oportunidade. Desta feita, o presente estudo tem como objetivo investigar a experiência do profissional de apoio escolar, por sua perspectiva, no tocante ao seu conhecimento quanto à normativa da educação inclusiva brasileira; aos seus sentimentos frente à realidade da inclusão escolar de criança com TEA e sobre as práticas docentes inclusivas. Trata-se, pois, de um relato de experiência no campo da Educação Inclusiva, fruto de estudos em "Psicologia e Educação" do Curso de Psicologia da Unifacisa. Adotou-se como população dois profissionais apoios escolares que foram recrutados seguindo a metodologia da bola de neve e escutados com o auxílio de um roteiro de entrevista semiestruturado, com fins em captar suas percepções funcionais. Obteve-se como resultados que há pouco conhecimento sobre a função do apoio escolar e sobre o TEA; que há sentimento de insegurança e sobrecarga na função; e que existe despreparo nos manejos metodológicos neste âmbito, culminando em fatores contributivos à segregação e exclusão. Nestes termos, faz-se imprescindível investir na capacitação dos profissionais e na disseminação de materiais psicoeducativos com vistas a uma efetiva educação inclusiva.

Palavras-chave: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Apoio Escolar, TEA.

INTRODUÇÃO

Todos os tipos de organizações sociais necessitam da educação, por ser algo essencial para a existência e funcionamento da sociedade. É a partir da educação que o meio social exerce influência sobre os indivíduos, e estes, por sua vez, transformam o meio social

¹ Professora do curso de Psicologia da UNIFACISA. Mestre em Psicologia da Saúde pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - sefora.figueiredo@maisunifacisa.com.br;

² Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário Unifacisa, thais.galdino@maisunifacisa.com.br;

(Libâneo, 1990). A escola, pois, qualifica-se como um lugar privilegiado para o desenvolvimento da criança, por promover a educação formal e proporcionar o contato com a cultura de maneira sistemática, intencional e planejada. Sendo função social e papel da escola prover aos estudantes a apropriação da cultura e da ciência historicamente produzidas, reproduzidas e acumuladas pela humanidade, isto é, a formação cultural e científica e o domínio do saber sistematizado promovendo o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos estudantes (Libâneo, 2012). Nas observações de Vygotsky (1984), o aprendizado, quando adequadamente organizado, resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam difíceis de acontecer.

Nesta perspectiva, o ensinar e o aprender se faz por um processo multidimensional que possui três dimensões articuladas: a humana, a técnica e a político-social. Conferindo à dimensão humana, a compreensão das relações interpessoais e dos componentes afetivos que perpassam todo processo da dinâmica do ensino-aprendizagem; à dimensão técnica, a estruturação de um processo sistematizado e intencional, onde as condições para a aprendizagem são organizadas; e por fim, à dimensão político-social, o processo construído pelo contexto pelas pessoas reais que o vivencia (Candau, 2017).

Quando se trata de práticas pedagógicas inclusivas, faz-se necessário que haja preparação do ambiente, perpassando por vertentes que envolvem toda a constituição humana, desde a busca pelo desenvolver cognitivo, ao emocional e ao social. Conforme afirma Veiga (2008), no momento de organizar a aula e propor as ações formativas, considerando a busca do ensinar e do aprender, o professor deve considerar a realidade em que será realizada e as necessidades e os interesses dos estudantes. Incluindo neste cenário aqueles também que têm deficiências, como os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Em face a esta garantia, para assegurar a efetividade inclusiva, determinados por força legislativa, as crianças diagnosticadas com TEA que estão inseridas nas escolas regulares, têm por direito o acompanhamento do profissional apoio escolar com vistas a receber auxílio em suas demandas, sejam elas pedagógicas e de atividade de vida diária. Logo, é possível ver a importância dos mecanismos de gestão integrativos, onde a escola incentiva a interação dos professores, apoio escolares e todo corpo docente com o objetivo de proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade para todos os discentes.

Em face ao exposto, percebe-se que o processo de inclusão de crianças com TEA no sistema regular de ensino não se faz de todo por facilitadores. Ao contrário disto, são muitas as implicações atreladas a este processo que não se rompem com a presença do apoio escolar. Por tal razão, este estudo surge com a proposta de investigar a experiência do profissional de

apoio escolar, por sua perspectiva, no tocante ao seu conhecimento quanto à normativa da educação inclusiva brasileira; aos seus sentimentos frente à realidade da inclusão escolar de crianças com TEA e sobre as práticas docentes inclusivas.

Trata-se, pois, de um relato de experiência no campo da Educação Inclusiva, fruto de estudos em "Psicologia e Educação" do Curso de Psicologia da Unifacisa que teve por população analisante, duas profissionais apoios escolares que foram recrutados seguindo a metodologia da bola de neve e escutados com o auxílio de um roteiro de entrevista semiestruturado, com fins em captar suas percepções funcionais.

Com os relatos acolhidos e analisados, obteve-se como resultados que há pouco conhecimento sobre a função do apoio escolar e sobre o TEA no cenário educacional; que há sentimento de insegurança e sobrecarga na função; e que existe despreparo nos manejos metodológicos neste âmbito, culminando em fatores contributivos à segregação e exclusão. Portanto, faz-se imprescindível investir na capacitação dos profissionais e na disseminação de materiais psicoeducativos com vistas a uma efetiva educação inclusiva.

METODOLOGIA

Este artigo se configura como um relato de experiência no campo da Educação Inclusiva, fruto de estudos vinculados à disciplina Psicologia e Educação do Curso de Psicologia da Unifacisa. Objetivou-se a investigar a experiência do profissional de apoio escolar, por sua perspectiva, no tocante ao seu conhecimento quanto à normativa da educação inclusiva brasileira; aos seus sentimentos frente à realidade da inclusão escolar de criança com TEA e sobre as práticas docentes inclusivas nas quais se deparou no meio educacional.

Adotou-se por população, duas participantes que exercem a função profissional de apoio escolar para captação experiencial do exercício laborativo, as quais serão chamadas de entrevistada (1) e (2). Tais participantes foram recrutadas seguindo a metodologia da bola de neve e escutadas por meio da adoção de um roteiro de entrevista semiestruturado. Que possibilitou a captação experiencial de seu exercício funcional.

Após a coleta e análise dos dados, obteve-se como resultado que há pouco conhecimento sobre a função do apoio escolar e sobre o TEA no Brasil; que há sentimento de insegurança e sobrecarga inerente à função profissional; e que existe despreparo nos manejos metodológicos neste âmbito. Aspectos estes que culminam em fatores contributivos à segregação e exclusão no meio educacional. Especialmente quando se confere a inclusão escolar de sujeitos com TEA.

A análise e discussão dos dados apontaram, pois, para a necessidade imprescindível de investimento governamental e populacional em capacitação dos profissionais e na disseminação de materiais psicoeducativos com vistas a uma efetiva educação inclusiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

As instituições escolares, sendo um dos primeiros equipamentos sociais mais expressivos que o sujeito se depara ao longo de sua formação humana, representam espaços essenciais para o desenvolvimento pleno e exercício da cidadania. Configuram-se, em importância, por assumirem a função preparatória intelectual e moral de todos os seus constituintes, além de favorecer a inserção social (Silva & Ferreira, 2014), representam um espaço de instituição de cidadania (Canivez, 1991).

Conforme preconiza a Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988), a educação enquanto um direito público de todos, precisa garantir igualdade nas condições de acesso, mas também de permanência na escola enquanto princípio. Contudo, é sabido que o permanecer nestes espaços escolares é permeado por diversos fatores estruturais e humanos. É preciso que estejam preparados e sejam atrativos e acolhedores às diferenças, que sejam de fato inclusivos (Nóvoa, 2010).

A inclusão, pois, enquanto movimento, é demarcado por lutas sociais e militância das minorias por alcance de condições favoráveis e de qualidade em acesso imediato e permanência contínua no espaço físico comum. Contudo, sabe-se que ela implica mais que isso. Envolve um processo extremamente complexo de transformação social que extrapola o seu estar em uma estrutura arquitetônica (Cirino, 2015). Pauta-se em ideias embasadas no reconhecimento e na aceitação da diversidade entre as pessoas, suas escolhas e práticas firmadas em sociedade. A educação inclusiva é, pois, um estímulo à existência de espaços escolares que acolham e respeitem a todos.

Quando se trata do acolhimento às deficiências, esta necessidade se acentua. Construir escolas na perspectiva da inclusão, exige ações que ultrapassem as técnicas e que mobilizem subjetivamente todo o seu corpo funcional para a instituição de reflexões sobre o preconizado pelo Estado aos seus cidadãos. Trata-se de ações que ultrapassem o fazer pedagógico ao fazer cidadania. Provoca reflexões para ações, que visem romper a dialética existente entre a inclusão/exclusão (Sawaia, 2014).

De acordo com a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SECADI, 2008), é preciso que as escolas, sendo componentes do sistema nacional de ensino, possibilitem a aprendizagem e a valorização das diferenças que são potencializadas pelas deficiências, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. Para tanto, requer um preparo que por muito não se faz em concretização. De acordo com Paisan, Mendes e Cia (2017), há cada vez mais um hiato presente no que há de prescrição e em concretude no campo da educação inclusiva brasileira.

Para mitigar essa discrepância, conforme preconiza a Educação Especial, citada por força de lei na própria Constituição Federal Brasileira (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), deve-se garantir à pessoa com deficiência o acesso à uma escola que transponha sua ação às barreiras impeditivas à sua permanência ativa. Assim o sendo, surge a necessidade de que sua equipe funcional esteja apta a acolher fidedignamente a todos, sejam pessoas com deficiências ou não (SEESP, 2007). Eis que surge a função profissional do apoio escolar.

Ainda de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), posteriormente corroborado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), o profissional de apoio escolar exerce uma função de grande valiosidade para o processo educacional inclusivo para com as crianças com deficiência na educação básica. Auxiliam na consolidação do desenvolvimento pleno do sujeito quanto ao seu estar ativo nas instituições escolares quando do seu exercício direto de mediação nas propostas pedagógicas e atividades de vida diária (AVD). Para tanto, precisam de constante estímulo ao desenvolvimento profissional frente às suas capacidades funcionais atribuídas pelo poder público, como cita o artigo 28 do capítulo IV, da Lei Brasileira de Inclusão - nº 13.146/2015. Os profissionais de apoio escolar devem ser treinados e acompanhados para o seu efetivo exercício nas instituições públicas e privadas.

Quando se trata da inclusão escolar de crianças diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), a complexidade da mobilização profissional se acentua. Classificado pelo DSM-5-TR (APA, 2022) como Transtorno do Neurodesenvolvimento, mostra-se em uma complexidade expressiva comportamental representada pela constituição do espectro nas características de dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos.

Os sintomas do TEA variam amplamente em manifestação e dependem do nível de desenvolvimento e idade cronológica do indivíduo. Não há uma padronização comportamental. Ao contrário disto, existe uma gama de possibilidades representativas (Cunha, 2014). Enquanto há crianças que apresentam a inteligência e fala preservadas, há

outras que demonstram problemas severos quanto ao seu desenvolvimento intelectual e de linguagem (Fonseca, 2014). Esta complexidade exposta ratifica a importância de que existam nas escolas profissionais capacitados a acolherem afetivamente a todas as individualidades presentes nas escolas e consigam mediar as ações pedagógicas frente às demandas existentes. Nestes termos, a função apoio escolar se faz por essa definição.

Embora o apoio escolar já seja preconizado pela própria Constituição Federal do Brasil (1988), assim também na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007), para a efetivação inclusiva educacional, a presença do profissional de apoio nos equipamentos escolares ainda é recente. Há poucos constructos teóricos acerca desta função profissional (Tenório, Santos & Brito, 2019). Contudo, atribuições voltadas ao apoio em atividades pedagógicas e de estímulo à autonomia demarcam sua ação, conforme a normativa do MEC/SEESP de nº 19 que dispõe sobre a organização e oferta dos profissionais de apoio aos alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento nas instituições de ensino (Brasil, 2010). Embora carente em normativas, é factível que através de sua ação profissional muito tem se aproximado ao contexto desejável sobre a inclusão educacional, especialmente quando se trata de crianças com TEA. Portanto, mostra-se quão imperiosa é a sua contribuição no meio educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os avanços normativos legais, tanto no âmbito nacional, quanto no internacional acerca da inclusão da pessoa com deficiência — em especial do TEA, que é a condição referida neste estudo, são irrefutáveis. Com ênfase na Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual, “tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais [...]” (MEC, 2008). Dentre as garantias asseguradas por essa política, destacam-se três: o atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar e acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação. Contudo, diante do material analisado neste estudo, tais medidas não têm reverberado com ênfase na prática. Dessa forma, obstando a efetivação da inclusão escolar de crianças com TEA, constatou-se que as entrevistadas (1) e (2) — as duas profissionais de apoio escolar,

sendo a (1) também mãe atípica —, obtinham conhecimento superficial sobre as leis vigentes da educação inclusiva brasileira. Quando perguntadas a respeito do saber quanto aos direitos da pessoa com TEA, a entrevista (1) citou o passe livre e o direito da inclusão em sala de aula regular. Enquanto a entrevistada (2), fez menção ao direito à educação escolar, assistência médica, benefício financeiro, o passe livre e a acessibilidade nos locais públicos. No entanto, quando indagadas a aprofundar sobre as leis e as políticas públicas que garantem esses direitos, especialmente quanto à inclusão escolar das crianças com TEA, notou-se a insegurança e o pouco conhecimento de ambas.

Destaca-se aqui o pensamento das profissionais (1), e (2) do presente estudo, quando o quesito requerido foi sobre como a falta de informação e o estigma afetam a inclusão escolar das crianças com essas condições. A entrevistada (1) relatou que a falta de conhecimento é promotora de comportamentos segregativos e de pré-julgamentos, os quais culminam em prejuízos para o desenvolvimento das crianças atípicas, comentou ter experienciado isso, descrevendo-se como parte do grupo de pessoas sem conhecimentos prévios e/ou precipitados frente a temática. Antes de saber do diagnóstico do filho, julgava os comportamentos dele como inapropriados, birra, malcriação e falta de educação, confessou também a respeito do seu sentimento de constrangimento e vergonha, que por vezes a impediu de sair com o seu filho, impossibilitando dessa forma a socialização e inclusão dele em ambientes públicos. A entrevistada (2), pontuou que é um tópico essencial para ser discutido na escola, principalmente por parte do corpo docente que por carência de treinamentos e/ou falta de acesso a informações necessárias, cooperando dessa maneira, com práticas excludentes aos educandos. Deste modo, professores e funcionários, principalmente da rede pública de ensino, recebem diversas críticas advindas de diferentes setores sociais, justamente em virtude do despreparo em relação ao assunto por parte de alguns destes profissionais (Pimentel & Fernandes, 2014).

É sabido que crianças com TEA, necessitam de práticas pedagógicas personalizadas e um apoio escolar especializado, e para isso se faz imprescindível o treinamento dos profissionais de apoio escolar, tendo em vista que eles são os responsáveis pelos cuidados básicos das crianças com TEA na sala de aula regular como já citado anteriormente. Sabe-se que medidas como essa, são asseguradas pela Lei 13.146/2015, que no seu artigo de nº 28, responsabiliza e incube o Poder Público de treinar e acompanhar os profissionais de apoio escolar (Brasil, 2015).

Neste estudo, também foi possível verificar a realidade da inclusão escolar da criança com TEA e o sentimento dos profissionais de apoio escolar frente ao exercício laboral na sala

de aula regular. Conforme os relatos colhidos, a entrevistada (1) confessou se sentir sobrecarregada e insegura quanto às adequações pedagógicas, enquanto a entrevistada (2), externou a sua insegurança defronte dos cuidados básicos da criança com TEA e principalmente no que tange ao auxílio nas atividades escolares — práticas pedagógicas, resultando em sentimentos de desânimo e frustração, o que a fez expressar o seu desejo por capacitação, orientação e apoio profissional especializado, citando o exemplo de um psicólogo, como sendo uma maneira de minimizar os impactos emocionais e contribuir com a efetivação escolar dos educandos atípicos.

Diante das necessidades e peculiaridades do TEA, há constantes discussões, quanto às possíveis formas de intervenção escolar para a inclusão das crianças com esse diagnóstico. Logo, é indispensável o conhecimento do professor/educador acerca das características e especificidades dos alunos com TEA, para a preparação das aulas, a fim de contribuir com a construção de salas de aulas inclusivas (Ferraioli; Harris, 2011). Neste sentido, o processo de construção necessita do apoio da escola, para evitar ou minimizar possíveis sentimentos de incapacidade e frustração por parte dos professores que possam impossibilitar o desenvolvimento do seu trabalho (Castro, 2005).

Em síntese, este estudo, buscou investigar a experiência do profissional de apoio escolar, por sua perspectiva, no tocante ao seu conhecimento quanto à normativa da educação inclusiva brasileira; seus sentimentos frente à realidade da inclusão escolar de criança com TEA e sobre as práticas docentes inclusivas, chegando-se a conclusão que se faz necessário a aplicabilidade das leis com ênfase na prática, dessa forma, incubindo a responsabilidade ao Estado e a SECADI, da disposição e disseminação de materiais instrutivos, psicoeducativos e psicopedagógicos, como também o investimento em treinamentos e capacitações profissionais para os professores e profissionais de apoio escolar, tendo em vista que eles são essenciais para uma educação de qualidade e importantes contribuintes para efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial é uma ferramenta para atingir a educação inclusiva, pautada na perspectiva de um direito humano fundamental que é inerente a todo cidadão brasileiro, conforme descrito nos parâmetros constitucionais. Sendo, as leis e as políticas públicas instrumentos valiosos quando se reproduzem na prática. A escola representa, pois, espaços

que para além da intencionalidade pedagógica, faz-se por intencionalidade social. Por esta perspectiva, refletir a educação inclusiva nos equipamentos escolares se configura por uma necessidade constante, objetivando-se a modificação não apenas de uma postura pedagógica inclusiva, mas, uma modificação social.

Nestes termos, pensar sobre educação inclusiva para crianças diagnosticadas com TEA, requisita a existência de mobilizações subjetivas que envolvem toda uma comunidade escolar em sua estruturação e reestruturação envolvente em aspectos conceituais, sociais, legais e emocionais. A função profissional apoio escolar, por prerrogativa legal, auxilia neste processo por sua atribuição mediadora em todo o contexto que envolve o meio educativo, sejam relacionadas às práticas pedagógicas diretivas, sejam às atividades de vida diária. Mesmo que ainda se perceba pouca presença destes nos equipamentos escolares brasileiros. Nacionalmente, há pouco conhecimento da função, há pouco conhecimento da legislação da educação especial. E, por razão disto, há muita sobrecarga emocional vivenciada por esses profissionais.

É preciso que de forma mais expressiva, seja cumprido nacionalmente o que a própria Constituição Federal do Brasil (1988) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) asseguram, a garantia do apoio escolar para crianças com TEA nos equipamentos educacionais. Contudo, também é afirmativo que o estar destes profissionais precisa ser melhor constituído a partir de preparo técnico legal e diagnóstico acerca do TEA, articulações profissionais e prescrições funcionais. É imperioso, pois, que se construam práticas articuladas escolares no Brasil que visem o mesmo objetivo: a efetiva inclusão. Para tanto, sugere-se ampliação deste debate.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN** (Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996).

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Brasília: Diário Oficial da União, 6 jul. 2015.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Nota Técnica nº 19, de 8 de setembro de 2010. Assunto: **Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados em escolas comuns da rede pública de ensino**. Brasília: MEC/Seesp/GAB, 2010

CANDAU, V M (Org.). **A didática em questão**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

CANIVEZ, P. **Educar o cidadão?** Campinas: Papirus, 1991.

CASTRO, R. C. M. D. **Vozes no silêncio**: Um grupo de formação crítico-reflexiva de professoras de alunos com autismo. *Psicologia da Educação*, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 123-163, 2005.

CIRINO, G. **A inclusão Social na área Educacional**. Cengage Learning Brasil. 2015.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 5ª ed. RJ: Wak Ed., 2014.

FERRAIOLI, S. J.; HARRIS, S. L. **Effective educational inclusion of students on the autism spectrum**. *Journal of Contemporary Psychotherapy*, [S.I.], v. 41, n. 1, p. 19-28, 2011.

FONSECA, B. **Mediação escolar e autismo: a prática pedagógica intermediada na sala de aula**. RJ: Wak Editora, 2014.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **O dualismo perverso da escola pública brasileira**: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012

NÓVOA, A. Em busca de lucidez e da coerência - para um prefácio. In: VICTOR, S. L.; DRAGO, R.; CHICON, J. F. (Org). **A educação inclusiva de crianças, adolescentes, jovens e adultos**: avanços e desafios. Vitória: EUDUFES, 2010.

PAISAN, M. S., MENDES, E. G., & Cia, F.. **Atendimento Educacional Especializado: aspectos da formação do professor**. *Cadernos de Pesquisa*, 964-981, 2017

PIMENTEL, A. G. L.; FERNANDES, F. D. M. (2014). **A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo**. *Audiology: Communication Research*, 19(2), 171-178.

SAWAIA, B. **O sofrimento ético-político como uma categoria útil de análise da dialética exclusão/inclusão**. Em B. Sawaia, & Org., *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (pp. 99-120). Petrópolis: Vozes, 2014

SILVA, L.A, & FERREIRA, T.J. **O papel da escola e suas demandas sociais**. RJ: Wak Editora, 2014.

TENÓRIO, L L A; SANTOS, E F; BRITO, A M S; SOUZA, J C S. **O papel do profissional de apoio no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência física.** Revista Educação Pública, v. 19, nº 20, 10 de setembro de 2019.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Aula:** Gênese, dimensões, princípios e práticas. Campinas: Papirus, 2008.

VYGOTSKY, LS. Obras completas. Tomo cinco: **Fundamentos de Defectologia.** Havana: Editorial Pueblo Y Educación, 1989

_____. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984